Processo

10882.000642/00-49

Acórdão

201-75.497

Recurso

114.420

Sessão

12 de novembro de 2001

Recorrente:

SEAGRAM DO BRASIL IND. E COM. LTDA. - ALMADEN VINHOS

FINOS LTDA.

Recorrida:

DRJ em São Paulo - SP

IPI – DECORRÊNCIA - A manutenção parcial do lançamento efetuado no processo matriz implica manutenção parcial da exigência dele decorrente. MULTA DE OFÍCIO – REDUÇÃO - A multa de ofício mais benigna aplica-se, retroativamente, aos atos e fatos não definitivamente julgados. JUROS DE MORA – TRD - Ficam excluídos os juros moratórios calculados com base na Taxa Referencial Diária (TRD) no período de 04/02 a 29/07/1991, remanescendo, nesse período, juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês calendário ou fração. **Recurso voluntário negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: SEAGRAM DO BRASIL IND. E COM. LTDA. – ALMADEN VINHOS FINOS LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 2001

Jorge Freire

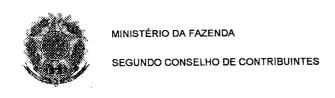
Presidente

Luiza Helena Galante de Moraes

Relatora

Participaram, ainda, do presenté julgamento os Conselheiros Sérgio Gomes Velloso, Gilberto Cassuli, José Roberto Vieira, Antonio Mário de Abreu Pinto, Serafim Fernandes Corrêa e Rogério Gustavo Dreyer.

Eaal/cf/cesa



Processo: 10882.000642/00-49

Acórdão : 201-75.497 Recurso : 114.420

Recorrente:

SEAGRAM DO BRASIL IND. E COM. LTDA. - ALMADEN VINHOS FINOS

LTDA.

RELATÓRIO

Em decorrência do lançamento do Imposto de Renda - IRPJ apurado e exigido por meio do Processo nº 10880.039690/91-11, a empresa ALMADEN VINHOS FINOS LTDA. (CGC 62.336.953/0001-82) foi autuada (fl. 28), apurando-se crédito tributário no valor total de 1.144.175,79 UFIR (um milhão, cento e quarenta e quatro mil, cento e setenta e cinco UFIR e setenta e nove centésimos), referente a "imposto (IPI)", "Taxa Referencial Diária – TRD acumulada", "juros de mora" (cálculo até 22/01/92) e "multa proporcional (100%)".

Notificada do lançamento em 27 de janeiro de 1992, a empresa interessada, por meio de seu advogado, regularmente constituído (fl. 35), apresentou, em 21 de fevereiro de 1992, a Impugnação de fls. 43 a 51.

A contribuinte, além de reportar-se a questões discutidas no processo principal, contesta a autuação, argumentando que não se pode, pura e simplesmente, presumir que toda a pretensa receita omitida, em razão de pretenso passivo não comprovado, derive de venda de produto submetido à maior alíquota.

A decisão do auto de infração relativo ao IRPJ encontra-se às fls. 57 a 65 dos autos, que porta a seguinte ementa:

"Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Período: Exercícios de 1987 a 1989

Ementa:

OMISSÃO DE RECEITA. PASSIVO FICTÍCIO.

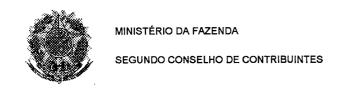
Caracteriza omissão de receita a manutenção, no passivo, de obrigações já pagas. Comprovando a contribuinte parte do 'passivo fictício', exonera-se parcela do crédito tributário decorrente.

DESPESAS INDEVIDAS.

Adiantamento para futuro aumento de capital não caracteriza hipótese de mútuo, sendo indevida a contabilização de despesas a título de variação cambial ou de correção monetária.

JUROS DE MORA - TRD.





Processo: 10882.000642/00-49

Acórdão : 201-75.497 Recurso : 114.420

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA LUIZA HELENA GALANTE DE MORAES

Trata-se de recurso voluntário interposto contra decisão do Delegado da DRJ em São Paulo - SP, que manteve parte da exigência fiscal consubstanciada no Auto de Infração de fl. 28, referente a Imposto sobre Produtos Industrializados, apurado em decorrência de processo de Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

O fundamento do presente auto de infração está calcado nos §§ 1° e 2° do art. 343 do Regulamento do IPI/82:

"Art. 343 – (...)

- § 1°- Apurada qualquer falta no confronto da produção, resultante do cálculo dos elementos constantes deste artigo com a registrada pelo estabelecimento, exigir-se-á o imposto correspondente, o qual, no caso de fabricante de produtos sujeitos às alíquotas e preços diversos, será calculado com base nas alíquotas e preços mais elevados, quando não for possível fazer a separação pelos elementos de escrita do estabelecimento (Lei n^o 4.502/64, art. 108, § 1°).
- § 2° Apuradas também receitas cuja origem não seja comprovada, considerar-se-ão provenientes de vendas não registradas e sobre elas será exigido o imposto, mediante adoção do critério estabelecido no parágrafo anterior (Lei nº 4.502/64, art. 108, § 2°)."

Consigna a exigência fiscal em exame uma presunção legal. E neste caso ocorre a inversão do ônus da prova, ou seja, cabe ao contribuinte demonstrar que não houve omissão de receita, ou que, se havia, esta não é proveniente de vendas não registradas. Não trazendo o contribuinte provas contrárias à presunção legal, esta deve ser mantida.

A ação fiscal do Processo Matriz nº 10880.039690/91-11 foi julgada parcialmente procedente pela autoridade de primeiro grau.

A decisão recorrida manteve a exigência fiscal, reduzindo a multa de oficio e os juros calculados a título de TRD no período de 04 de fevereiro a 28 de julho de 1998.

Entendo que o processo decorrente deva seguir o processo matriz.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo

10882.000642/00-49

Acórdão

201-75.497

Recurso

114.420

Desta forma, mantenho a decisão recorrida, em todos os seus termos, adotando as suas razões de decidir.

Não provejo o recurso voluntário da contribuinte.

É como voto.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 2001

LUIZA HELENA GALANTE DE MORAES